

Reunião realizada no dia 20 de maio de 2019 - segunda feira - com o Diretor Administrativo e Financeiro (DIRAFI) da CDRJ – HELIO SJMAZER, como Diretor Presidente em Exercício, e a Diretoria da APS/Rio, representada pelo seu Presidente LUIZ FRANCISCO, pelo Diretor Cultural e Assistencial – PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA, pelo Diretor Técnico AMARAL e, como convidada a associada, engenheira LIA MARA.

PAUTA E RESUMO DA REUNIÃO

PORTUS – INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL

Com relação a situação do **PORTUS**, explanou que tem participado, em diversos períodos, de reuniões em Brasília, no Ministério da Infraestrutura (**MINFRA**), juntamente com autoridades da **PREVIC**, da **SNP**, da **AGU**, do **Ministério da Economia**, da **ABEPH**, o **interventor do Instituto**, além de representantes das Associações de Participantes do Portos (**APPORTUS**), presidentes de diversos **sindicatos portuários** e da Federação Nacional dos Portuários (**FNP**).

Nestas reuniões, tem se buscado encontrar as possíveis soluções para se evitar a **liquidação do Instituto**, mediante o pagamento da dívida, por parte das patrocinadoras, bem como da União, em face a RTSA.

Apesar do esforço, até então empreendido e das inúmeras sugestões surgidas, a situação continua crítica, pois a **AGU** se negou submeter o assunto a **Câmara de Conciliação**, conforme sugerido pela empresa **RODARTE**, contratada para levantar a real situação Atuarial do Instituto, possibilitando que as partes envolvidas pudessem chegar a um Acordo sobre a forma de quitação de seus débitos e os participantes (ativos e assistidos) abrissem mão de um percentual de parte dos benefícios a serem concedidos.

A proposta de reajuste das mensalidades de **9% para 27%**, constante do Plano de Recuperação, apresentado no ano de 2018, pelo interventor, foi rechaçada e afastado, por Liminar, ainda em vigor.

De acordo com a Justiça, da dívida de cerca de **1 bilhão** sentenciada em 1ª Instância, o recurso apresentado pela União, levou ao entendimento da instância jurídica superior que a mesma era de cerca de **29 milhões**.

Informou também que, além dos **100 milhões** liberados pela CDRJ da parcela da dívida incontroversa e que estavam retidos, em face ao Processo da 11ª Vara Judicial, hoje, a CDRJ, não tem como pagar ou liberar nenhum outro valor, face aos inúmeros “problemas de caixa”, causados pelos “processos de leasing”, com retenção de faturamento na fonte, “securitização de contratos de arrendamento ” com o Tesouro, dívidas da extinta Portobrás e passivo trabalhista.

Ressalta que a liberação desta parcela foi que permitiu a sobrevivência do PORTUS, até o presente momento.

Na próxima quinta-feira (dia 23) o Diretor Presidente em Exercício estará participando de nova rodada de reunião, em Brasília, somente com atores que representam o Governo, onde será apresentado, um possível **Plano de Salvamento do PORTUS**, com a transferência da administração do Plano de Benefícios (PB1) para o Banco do Brasil, sob a modalidade de um “**Plano de Contribuições Definidas (CD)**”.

Sobre essa pretensão, conforme já divulgado, a APS já solicitou reunião com o interventor do PORTUS, para ter acesso ao conteúdo da proposta e receber maiores detalhes sobre o que se pretende alcançar, o “**modus faciendi**” e a forma da execução desta transferência de responsabilidade.

RETIRADA DOS ESPECIALITAS DA ESCALA DE SERVIÇO

O diretor **HELIO SJMAZER** informou que essa foi uma decisão do Diretor-Presidente titular, baseada na sua percepção pessoal, visando redução de custos, sem ter sido submetida a DIREXE.

O presidente da APS contestou e alertou que, além de ferir o Acordo Coletivo, a decisão prolatada trouxe como consequências, mudança no regime de trabalho e, conseqüente, redução salarial daqueles profissionais envolvidos, deixando a Companhia passível de sofrer novas sanções trabalhistas, por ferir direitos. (ver cópia da carta endereçada ao DIRPRE, em anexo).

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO – (ACT)

De acordo com o Diretor Presidente em Exercício, as negociações até agora não tiveram êxito, devido a não concordância, por parte da representação sindical, em reduzir benefícios e aceitar um índice menor em relação ao pleiteado, como também injunções e limitações de ordem econômica, advindas do Governo Federal, permanecendo, portanto, o impasse.

O presidente da APS, além de ressaltar que, não obstante, o trato e condução deste assunto ser de prerrogativa do Sindicato, não concordava com as colocações que foram feitas, no sentido de imputar aos dirigentes sindicais intransigência nas negociações, citando, inclusive, que no ano passado, a Empresa apresentou uma proposta que foi aceita pela categoria e mesmo assim, não prosperou. Citou exemplos de outros portos onde as negociações foram concluídas, no que o diretor-presidente afirmou que as negociações citadas, ainda permaneciam em aberto.

NOMEAÇÃO IRREGULARES PARA CARGOS COMISSIONADOS

O presidente da APS, comunicou que a Companhia, continuava não cumprindo o constante no **“Plano de Cargos Comissionados e Funções de Confiança – PCCFC” e o Regimento Interno**, no que diz respeito a Cargos Comissionados de Provisão Preferencial por empregados da Companhia, citando inclusive alguns casos como exemplo.

Em resposta o diretor **HELIO SJMAZER**, informou que na reunião do **CONSAD nº 714**, realizada em **11 de março de 2019**, por intermédio da **DELIBERAÇÃO Nº 788**, os membros daquele Colegiado votaram pelo cancelamento dessa limitação.

PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIO (PDV)

O diretor-presidente informou que o Plano já foi aprovado em **DIREXE**, bem como pelo **CONSAD** e pela **Secretaria dos Portos do antigo Ministério dos Transportes**, devendo ser implementado ainda no decorrer deste ano desde que haja uma solução para o Portus.

Transcrevemos, a seguir, os incentivos previstos:

- “1) Pagamento de 4 (quatro) salários base do PCES, considerada a data de desligamento;*
- 2) Pagamento de 100% do aviso prévio;*
- 3) Pagamento do valor correspondente à multa de 40% sobre o FGTS;*
- 4) Adicionalmente, como incentivo complementar, o PDV inclui a assistência médica por 24 (vinte e quatro) meses após o desligamento, nas mesmas condições enquanto empregado ativo, na data do desligamento”.*

REALFANDEGAMENTO

O Diretor Presidente em exercício informou que a Companhia, vem procurando atender as pendências que ocasionaram a perda do alfandegamento, tanto no que diz respeito aos aspectos financeiros, **(REFIS/PERT)** que estão sendo cumpridos, como, no que diz respeito, aos aspectos operacionais e de segurança, citando como exemplo a recente inauguração do Centro de Comando e Controle de Segurança Portuária.

Ressaltou que por estar o Porto do Rio desalfandegado, a Companhia tem tido uma perda de cerca de **R\$ 40 milhões** por ano e, que tem sido muitos os empecilhos encontrados para equacionar essa situação.

ARRENDAMENTOS – NOVOS CONTRATOS (MANGUINHOS – PORTO SUDESTE E BASE NAVAL DE ITAGUAI)

O Presidente da APS perguntou sobre novos negócios que poderiam gerar receitas. O Diretor Presidente em Exercício, citou um novo Contrato a ser firmado com a **Refinaria de Manguinhos**, com novas áreas, operações e valores. Sobre o **Porto Sudeste**, foi dito que ainda não houve acordo sobre os valores a serem pactuados com relação a utilização das linhas férreas. Sobre as negociações para serem fixados valores a respeito da cessão da área onde se instalou a **Base Naval de Itaguaí**, até o momento, não terminaram as negociações envolvendo a CDRJ, Marinha do Brasil e União.

ADICIONAL DE RISCO

O Diretor Presidente em Exercício informou que a Normativa a respeito do pagamento do Adicional de Risco, está sendo revista, devendo, portanto, serem ampliadas outras áreas e enquadradas outras situações de trabalho, como **área de risco**, desconsiderando o entendimento de que ela só existe no limite dos 15 metros a partir do navio.
